

**1. A violência nas escolas está na ordem do dia. Na sua opinião, como se deve abordar este assunto?**

A violência na sociedade está na ordem do dia. Cresce e floresce. Como é que poderia não estar presente também nas escolas? O ovo onde ela germina não está na escola, está em toda a sociedade, nas guerras nos media, nas relações humanas.

**2. O País ficou chocado com o que se passou na secundária carolina Michaëlis. Como digeriu o episódio?**

A falta de educação familiar tem originado episódios semelhantes, há muitos anos, nas nossas escolas. Não se trata de algo inédito. Os media hoje dão uma nova repercussão a fenómenos antigos. E isso surpreende-nos. É também verdade que

**3. Nos últimos anos, o professor tem vindo a perder autoridade?**

A educação para a autoridade, que é fruto de uma cuidada educação familiar e de um adequado desempenho das instituições sociais, constitui um valor que tem vindo a ser descurado. Muitas famílias navegam sem saber como o fazer e muitas instituições tremem no exercício dessa função. Confunde-se autoritarismo com autoridade e resvala-se com facilidade para a permissividade. O problema é matricialmente de âmbito familiar. E é aí que tem, em primeiro lugar, de ser debatido (nomeadamente no plano da educação familiar). A perda de autoridade dos professores tem também que ver com outras questões, tais como o aumento da heterogeneidade das turmas, regime de faltas dos alunos, desarticulação entre escolas e famílias

**4. Como analisa a avaliação da classe docente proposta pela tutela? Os professores estão, de facto, preparados para avaliar os seus colegas?**

Se não estão, deviam vir a estar. Não há outra situação. Os professores, como quaisquer outros servidores públicos do Estado, têm de ser avaliados no seu desempenho profissional. O mérito tem de ser premiado, de outro modo nunca se perceberá o que é a excelência que desejamos e esperamos.

**5. Fala-se que o novo estatuto do Aluno é um pouco permissivo, concretamente no que diz respeito às faltas. Considera que a sua aplicação poderá trazer vantagens?**

Creio que está mal feito e que devia ser revisto, tal como tem sido sugerido por muitas escolas.

**6. Tem vindo a valorizar o papel dos pais na educação. A família está preparada para cumprir com a sua função educativa?**

As famílias são os ninhos onde se desenvolve a educação, os pais são e serão sempre os primeiros e principais educadores. A escola coopera com os pais e não o contrário, se falamos da educação global da pessoa humana. A escola só ganha em envolver os pais, em termos de cooperação educativa, e os pais só ganham em acompanhar em casa (e na escola, uma vez ou outra) a educação escolar dos filhos. Os pais não devem ser chamados a invadir as escolas para cooperarem na educação escolar dos filhos, podem e devem fazê-lo em casa, acompanhando com a maior atenção e dedicação os esforços escolares dos filhos.

**7. Há algum tempo referiu que existe uma “irracionalidade” da rede escolar a nível nacional. O que pode e deve ser alterado?**

A rede deve obedecer a orientações nacionais gerais, mas tem sobretudo de envolver os parceiros locais (**escolas, pais, autarquias, interesses socioculturais,...**) que, em função de critérios educativos, de proporcionar a todos os cidadãos oportunidades educativas e formativas, devem construir as melhores situações

## **8. Portugal continua com uma taxa muito baixa de frequência do Ensino Secundário. Há que repensar o que pode ser oferecido aos jovens depois de concluído o 3º ciclo?**

O que havia para pensar está pensado, felizmente. É preciso agir, como se está a fazer actualmente, após dez anos de hesitações, entre 1995 e 2005. Todas as oportunidades devem ser oferecidas aos jovens, com bastante mais flexibilidade, para que todos se possam desenvolver, segundo níveis de excelência muito ajustados a cada pessoa.

## **9. Que análise faz da política educativa nacional? Cerca de 100 mil professores numa manifestação é sinal de que se deve mudar o rumo?**

O conflito é inerente à regulação social. Neste caso, foi construído um consenso, fonte deste conflito. O que me parece, de modo mais global, é que a regulação social em educação requer muito menos controlo *a priori* e muito mais envolvimento sociocomunitário, além de ter de se sustentar na valorização social dos docentes. Se os professores forem descredibilizados socialmente, como poderemos favorecer a sua autoridade nas escolas? Aos professores, à sociedade, todos os actores sociais, devem o maior apoio (certamente crítico) e consideração. Se são diariamente desautorizados, como é que os adolescentes e jovens vão respeitar a sua autoridade. Há certas “modas” perversas que se pagam muito caro. Já se estão a pagar, como se tem visto e ouvido... A política educativa em Portugal tem revelado três graves problemas, que urge superar:

Primeiro, porque continuamos a adoptar um modelo de mudança e de reforma que é centralista, iluminado, uniformizante oriundo de um aparelho, mais ou menos incógnito, que toma os milhares de escolas como se fossem uma só e que vê na publicação de normas no Diário da República (sucessivamente alteradas) o principal instrumento da melhoria da educação. Resultado: mudança após mudança, as melhorias ficam muito aquém do esperado, do necessário e do possível.

Segundo, porque o aparelho do Ministério da Educação não confia sistematicamente no exercício profissional, na autoridade e no profissionalismo dos professores. Por isso, investe-se demasiado em tudo definir *à priori*, interessa menos o que se passa e os resultados gerados em função daquilo que realmente se passa (dão-se passos iniciais na avaliação das escolas). O clima que se gera só pode ser de desresponsabilização, de travagem da autonomia e de desincentivo ao trabalho árduo e contínuo de tantos, em ordem à melhoria gradual e responsável de cada escola.

Terceiro, porque não há liberdade para conceber, desenvolver, aplicar, avaliar e melhorar projectos pedagógicos diferenciados, por escola. Ora, todas as escolas são diferentes e a melhoria da educação só pode resultar se houver liberdade e responsabilidade quer por parte de quem assume a direcção e a gestão das escolas quer de cada docente, desde a sala de aula até aos órgãos de regulação pedagógica.

Quarta, porque a sociedade portuguesa (pais, autarcas, empresários, interesses sócio-culturais locais, ...) ainda investe pouco na sua educação escolar, no saber, no conhecimento. Existe hoje um novo clima de disponibilidade por parte de muitos actores sociais e esse capital tem de ser fortemente mobilizado. Precisamos de mais sociedade na educação, agora que há muito mais educação na sociedade portuguesa.